

Lume no monte, problema político

RAMIRO VIDAL ALVARINHO :: 13/08/2016

En Galiza, los incendios en el monte, es un problema político

Um dos maiores dramas deste país é que nos desangramos no nosso méio natural. As fragas, os montes, as rias, as praias, os cantís, os rios, o mar...som elementos da nossa identidade. A nossa paisagem fijo que fóramos como somos, que fóramos nós. Os organismos vivos que esses espaços albergam coexistirom com este coletivo humano chamado povo galego e derom-lhe sustento. Mas o nosso singular meio vai-se-nos...nas fragas, monstros metálicos que geram energia elétrica exercem de ameaça mortal contra as aves e monocultivos de extensons gigantescas arrassam o solo e alteram o clima. Nos rios, barragens e minicentraís elétricas alteram o curso das águas e deterioram as ribeiras, além de vermos como espécies que povoam as águas fluviais e as suas proximidades desaparecem depredados ou deslocados na cadea alimentar por outras espécies invasoras introduzidas com finalidades cinegéticas de umha maneira bastante desleixada. As rias, sofrem as conseqüências de um crescimento industrial e urbanístico absolutamente desordenado, que as converteu em cloacas. A costa, está esnaquiçada também pola açom humana...chalés, urbanizaçons, hotéis...

Suicidamo-nos, ou deixamos que nos assassinem. A sociedade galega nom tem estima de toda essa riqueza, ou nom tem a suficiente consciência do que essa riqueza significa. Alguém (e entre eles esses setores que teoricamente sim possuim conhecimento do que significa termos tudo o que temos e do que significa perdé-lo) nom logrou explicar bem alguma cousa. Algumha cousa nom se percebe, perde-se polo caminho.

É complicado, depois de décadas de culto desmedido ao crescimento industrial, urbanístico, turístico e demais, fazer entender que nom debes esquilmar, arrassar e aniquilar aquilo ao que estiveches ligado e onde vas ter que retornar. É complicado lograr isso numha sociedade que leva décadas sofrendo reconversons no campo que o están a fazer desaparecer como lugar de produçom. É complicado fazer entender que esses biótopos de sublime riqueza que som as rias (ainda estando como están) há que recuperá-las e cuidá-las, quando nas últimas décadas a nossa relação com o méio marinho foi certamente conflitiva. Estivo-se-nos insistindo em que o marisqueio e a pesca nom davam, que o progresso era trazer indústria, qualquer indústria, e edificar, meter-lhe cimento por toda a parte.

Em realidade o que acontece com o nosso méio natural vai em perfeita consonância com o que nos acontece como povo e com a desaparición de todos os nossos signos de identidade. Agora disparam-se as alarmes porque se curta a transmissom intergeracional da língua.

Como nom havia acontecer isso, se na prática fai-se impossível viver em galego, se o galego vive desnaturalizado na sua própria terra? Porquê haviam as famílias de socializar os seus novos membros em galego? Porque é bonito, formoso e enxebre? Se a chave da promoção social, da integração no mundo laboral tem-na o castelhano, claro que as famílias se converterão sem dúvida ao castelhano...

Com o méio natural acontece o mesmo. O monte já nom dá serviços à gente do campo, e a única maneira de obter ingressos é o monocultivo da madeira e os moínhos de vento...ou nom era assim? Porque se há outras vias, com efeito nom se explicárom bem. A minha família tem eucaliptos e quando surge o debate, sempre se desenvorca no mesmo. A reflexiom resolutiva e (dificilmente) contestável é “se eu tenho um eucalipto, em poucos anos vendo-o para madeira; se eu tenho um carvalho...olho para ele!” Vale! Resposta...? A chave está em que se queremos conservar a biodiversidade que nos é própria, a flora e a fauna próprias, há que o fazer compatível com a vida humana próxima a esses hábitats onde ainda resistem essas formas de vida. A questom é que às gentes que coexistem com esses espaços naturais que queremos proteger há que explicar-lhes bem porquê é necessário proteger esses espaços, porquê essa proteçom que pretendemos nom é compatível com determinadas formas de intervençom humana (ou seja, há que atacar o problema ideológico) mas também temos que resolver a questom de como essas gentes se podem implicar na proteçom e mesmo quê benefícios podem obter de tal proteçom (é dizer, há que resolver o problema material)

Depois de muitos anos, de geraçons, a defender que o monte galego tinha que ser umha imensa reserva florestal para produzir madeira e derivados, que esse e nom outro era o seu futuro, e que essa era a via de subsistência económica para quem vivia ao pé do monte, agora nom podemos pretender que da noite para a manhã aos mesmos indivíduos aos que se lhes forçou a integrar-se nessa estrategia, se convençam de que a dia de hoje nom é válida. O problema é que criamos um desequilíbrio que há que corrigir, e há que corrigí-lo atando corretamente todos os cabos. Se o monte dava lenha, caça e pesca para os seres humanos e pasto para o gando, e resulta que o gando desaparece, porque nom é rendável produzir leite na Galiza, e o gando nom come o matorral e o matorral nom há quem o limpe, e éste propaga os lumes a umha velocidade vertiginosa (lumes mal apagados de queimas agrícolas, lumes acidentais provocados por excursionistas ou lumes tencionados por rivalidades vizinais, como elemento de pressom por empresários madeireiros ou por interesses urbanísticos ou empresariais de tipo diverso) haverá que pensar a maneira de compensar esse desajuste forçado por elementos exógenos. Isto por propôr um esq uema simples. Claro que aquí também entra umha contradiçom cada vez mais agudizada; o nosso direito nom reconhecido à soberania, e portanto a nossa falta de capacidade para gerir o nosso méio e os nossos recursos. Por nom falar do nosso direito a produzir, negado polo próprio mercado. Ou por nom falar do modelo de sociedade que foi crescendo à sombra do capitalismo, que gera esse enorme problema tam difícil de gerir: os resíduos (existe algumha fraga sem os seus verquedoiros ilegais de lixo?)

Há um problema político. Não é que tal ou qual partido político “pretenda politizar” o problema dos lumes. É que a sua matriz é política. É uma questão que tem a sua vertente sócio-económica, a sua vertente ambiental e a sua vertente identitária. E há que resolvê-lo no contexto dos desajustes criados pelo progresso humano e no contexto dessa grande crise económica, ambiental e energética que estamos a sofrer. O problema é puramente político, portanto. Há que erradicar a economia do lume, penalizando fiscalmente aos setores potencialmente interessados em prender lume ao monte. Há que criar emprego público vinculado ao mantimento dos espaços naturais. Há que incentivar economicamente ou premiar fiscalmente a cessão de terrenos privados para áreas protegidas. E há que fazer que o grande capital, sobre tudo o financeiro, e as grandes fortunas suportem economicamente isso tudo. Isso, como primeiro passo. Depois, haveria muito trabalho por fazer no campo do desenvolvimento comunitário, para que surgiram maneiras cooperativas de tirar-lhe partido ao monte.

O que está claro é que uma parte muito importante do problema reside precisamente nas figuras legais de proteção de espaços naturais, que muitas vezes, longe de servir de garantia para que o “progresso humano” não agride essas áreas, o que faz é precisamente colocar tais espaços no alvo da cobiça empresarial ou converte-os em moeda de câmbio para iras e frustrações mal canalizadas dos seres humanos da contorna. O lume, repito, é um problema político e exige uma solução política. Há que dotar-se de ferramentas para solucionar esse problema.

<https://galiza.lahaine.org/lume-no-monte-problema-politico>